

Senadores cobram proteção para produtores brasileiros no Paraguai 6

Comissão convida prefeito para falar sobre desocupação do Pinheirinho 6

Impresso Especial
99122703802010/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.593 – Brasília, terça-feira, 7 de fevereiro de 2012



Planos autogeridos pedem novo marco para saúde suplementar



Pedro França/Senado Federal

Participantes de audiência na CDH dizem que grandes empresas concentram mercado, mas governo afirma que a regulação atual é “razoável e adequada”

Representantes de centrais sindicais e de planos de saúde administrados pelas próprias empresas para seus funcionários defenderam maior participa-

ção do governo no setor, seja sob a forma de mais regulação por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ou pela melhoria do atendimento no SUS. 7

Moacir Meirelles, Antonio José dos Santos, Moacyr Roberto Tesch Auversvald e senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos, durante audiência ontem

especial
Cidadania



Waldemir Barreto/Senado Federal

Volta às aulas exige cuidado com a doença do déficit de atenção

Cerca de 5% dos brasileiros (10 milhões de pessoas) têm transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Não há cura, mas há tratamento. Congresso tem projetos para o problema. 4 e 5

Professor Moacir Alfran, que atende alunos com TDAH em Brasília, diz que adultos desenvolvem truques para controlar sintomas

Projeto visa proibir cobrança antecipada por serviços 3



Interlegis se consolida como referência no Legislativo

Nesta edição especial, um retrospecto de 2011

Entrevista com Dino Capriolo, gestor do contrato com o BID

Pág. 2

Câmara de Assis recebe ISO 9001 pela gestão do processo legislativo

Pág. 2

Encarte sobre modernização do Legislativo nesta edição

Contribuintes com mais de 65 anos poderão ter isenção no IR 8

Dirigente foi demitido após denúncias de corrupção; para senador do PSDB, caso mostra que governo não usa critérios técnicos; Wellington Dias, por outro lado, disse que “composição política” é necessária

Casa da Moeda revela fisiologismo, diz Aloysio

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP) disse que a demissão de Luiz Felipe Denucci da presidência da Casa da Moeda por suspeita de corrupção foi mais um exemplo do fisiologismo que caracteriza a gestão do PT no governo federal.

Denucci foi demitido depois da denúncia de que teria recebido propina de fornecedores da Casa da Moeda por meio de duas empresas no exterior em nome dele e da filha. Subordinado ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, Denucci teria sido nomeado por indicação do PTB, que, no entanto, diz que ele foi escolhido pelo próprio ministro. Mantega deve vir ao Congresso prestar esclarecimentos sobre as denúncias.

Para Aloysio, que disse não conhecer o ex-diretor da Casa da Moeda e não querer prejudicá-lo, mais grave do que as denúncias são as demonstrações de que o governo funciona em um “sistema de fisiologia, de loteamento político”.

— O que é grave é o ministro da Fazenda precisar de aval político de um partido para nomear o diretor da Casa da Moeda, uma instituição que remonta ao século 17. Isso nunca se viu. Esse é talvez um dos episódios mais degradantes de que tem notícia a crônica política brasileira — afirmou.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) parabenizou Aloysio Nunes por suas afirmações e comparou a indicação do ex-diretor da Casa da Moeda à in-



Aloysio Nunes cita denúncias sobre a Casa da Moeda e critica o PT

dicação de “um dos Metralhas para tomar conta do cofre do Tio Patinhas”, em referência a personagens dos quadrinhos.

Wellington Dias (PT-PI) saiu em defesa do governo, afirmando que a “composição política” faz parte de governos democráticos e que a presidente Dilma Rousseff tem demonstrado que suas nomeações são técnicas.

Requerimento

Alvaro Dias (PR), líder do PSDB no Senado, sugeriu que o ministro Guido Mantega compareça à Casa para esclarecer por que um partido político, o PTB, teria exigido a demissão do ex-presidente da Casa da Moeda Luiz Felipe Denucci, que ocupava cargo técnico.

Requerimento para convocar ambos foi apresentado ontem pelo partido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— As declarações de Mantega foram comprometedoras. Há uma desqualificação da função [de presidente da Casa da Moeda]. Esse cargo exige competência técnica, mas é de

indicação político-partidária e faz parte desse sistema de loteamento dos cargos públicos — reclamou Alvaro.

O senador acredita que o ministro deveria ter mandado investigar Denucci quando vieram as primeiras denúncias de sonegação e lavagem de dinheiro, mesmo que parecessem sem fundamento à época.

Alvaro Dias falou da dificuldade de aprovar pedidos de convocação de ministros do PT, já que o Senado tem maioria governista. Segundo ele, já foram impedidas audiências com o então ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, e o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

— Desejamos que os parlamentares assumam uma postura de maior independência. Essa submissão ao Executivo fica mal para uma instituição tão importante como o Senado.

Ele observou que é dever do partido apresentar o requerimento. O documento, disse, deve ser lido hoje, para votação na próxima reunião da CAE.

Para Wellington, ICMS precisa ser votado logo



Wellington Dias (PT-PI) listou as prioridades de seu mandato para este ano.

Ele defendeu a votação do projeto que determina o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no

estado de destino. Esse projeto, acrescentou, deverá aumentar em R\$ 332 milhões a arrecadação de ICMS no seu estado.

Wellington pediu ainda a reinstalação do Conselho de Comunicação Social, a criação de um programa nacional de incentivo à irrigação e de uma política nacional de prevenção à violência no trânsito. Ele afirmou que o trânsito causa, no Brasil, duas vezes mais mortes do que as armas (brancas ou de fogo).

O parlamentar disse que lutará pelos direitos dos povos indígenas, pela proibição de publicidade de bebidas alcoólicas e por maior severidade na punição de crimes contra a administração pública.

DeMolay prega respeito, afirma Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) falou ontem sobre a 4ª Congregação Nacional de Jovens Líderes da Ordem DeMolay, instituição ligada à Maçonaria. O evento ocorreu no Senado, entre os dias 26 e 28 de janeiro, e reuniu jovens de todos os estados.

— É um evento que considero da maior relevância para a juventude do Brasil e para o país. Fico muito feliz de, como maçom, sempre intermediar junto à direção do Senado a realização desse evento aqui — afirmou.

A Ordem DeMolay é uma instituição que busca incentivar os jovens para que, ao completar a maioridade, contribuam com a comunidade. A ordem é formada por jovens do sexo masculino, entre 12 e 20 anos.

— No Brasil, mais de 85 mil jovens já passaram pelas fileiras da instituição, que busca sempre formar no jovem o caráter de fraternidade, amor filial, respeito ao próximo, amor aos estudos e patriotismo.



Fotos de Waldemir Barrato/Senado Federal

Comissão vota normas para revisor de textos em braile

Em decisão terminativa (que não exige votação no Plenário), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará amanhã projeto de lei que regulamenta as atividades de transcritor e de revisor de textos em braile.

O projeto (PLS 67/11), de Paulo Paim (PT-RS), também estabelece requisitos para o exercício dessas profissões e torna obrigatória a participação do transcritor e do revisor na produção de textos no alfabeto para deficientes visuais.

Paulo Paim, na justificativa do projeto, assinala que as profissões relacionadas à escrita em braile se encontram estabelecidas há décadas,

mas ainda não existem para o nosso sistema legal. Segundo ele, a regulamentação representará “uma proteção para a sociedade”, por assegurar a qualificação dos profissionais e a qualidade do trabalho.

O projeto exige pelo menos o nível médio para o exercício das profissões de transcritor e revisor, além de curso específico na linguagem braile. Quem tiver exercido a profissão de transcritor por pelo menos três anos antes da promulgação da lei também terá direito ao exercício profissional.

O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), é favorável à aprovação da matéria.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Multa por inadimplência

14h Na pauta da sessão deliberativa, constam 21 requerimentos, como o que solicita tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado 172/06 e 635/07, ambos complementares, por regularem matéria correlata — cobrança de multa decorrente de inadimplência de obrigações do consumidor.

Presidência Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMA Debate sobre remineralização do solo

8h30 A Comissão de Meio Ambiente promove audiência pública para debater os benefícios da remineralização do solo por meio da aplicação de rochas para recompor a riqueza mineral perdida por erosão, lixiviação e exportação de nutrientes pelas culturas. Entre os participantes, está o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Sciar.

CAE Recondição de conselheiro do Cade

10h Na pauta de 14 itens da Comissão de Assuntos Econômicos, consta projeto que altera a Lei da Super-Receita para permitir, a partir de declaração do contribuinte, cobrir débitos previdenciários com tributos federais. Na primeira parte da reunião, será votada a recondição de Ricardo Machado Ruiz para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CE Prouni para cooperativas educacionais

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte permite aos estudantes de cooperativas educacionais a participação no Programa Universidade para Todos (Prouni). A pauta também inclui projeto que trata da isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

Subcomissão Segurança Pública

11h Reunião de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CDR Cultivo da cana-de-açúcar

14h Projeto que regulamenta o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Pampa situados na Amazônia Legal é um dos itens na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CMO Requerimentos

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para examinar requerimentos que propõem a realização de audiências públicas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Dornelles defende posição do Brasil na OMC contra dumping cambial

O Brasil está no caminho certo ao trabalhar para que o *dumping* cambial seja considerado prática desleal de comércio, afirmou ontem Francisco Dornelles (PP-RJ). Para enfrentar o problema, a delegação brasileira que participará do próximo encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em março, defenderá a adoção de regras que combatam as manipulações da taxa de câmbio.

O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, conhece profundamente o tema e tem tido atuação pioneira na discussão do impacto do câmbio dirigido no contexto de práticas desleais de comércio. Para Dornelles, é importante que o Brasil prestigie e apoie a ação do embaixador.



Francisco Dornelles aponta prejuízos para o Brasil provocados pela China

A China, disse, vem mantendo sua moeda desvalorizada artificialmente, o que prejudica a concorrência com outros países, pois cria vantagem indevida a seus exportadores e prejudica produtores de outros países. Isso afeta o Brasil, que vem diminuindo sua exportação de manufaturados e aumentando a importação de matérias-primas.

Obras da Copa devem ser fiscalizadas pelo governo, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o acompanhamento, pelo governo federal, das obras que visam à preparação do país para sediar a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade das 12 cidades-sede é grande, mas a Copa é do Brasil e cabe ao governo central fiscalizar sua preparação, disse.

Segundo Vanessa, Manaus é o destino de maior interesse dos estrangeiros, chegando, em muitas pesquisas, a superar o Rio de Janeiro.

A senadora defendeu o modelo de desenvolvimento do Amazonas. Baseado na Zona Franca de Manaus, com faturamento em 2011 de US\$ 440 bilhões e 120 mil empregos,



Vanessa Grazziotin afirma que Copa deve deixar legado à população local

ele permite a preservação das florestas em grande escala.

No entanto, de acordo com Vanessa, a Copa tem de deixar legado para a população, como a melhoria da mobilidade urbana, do porto e do aeroporto. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou com a senadora.

Rolleberg: Brasília pode perder título de patrimônio cultural

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) alertou que Brasília corre o risco de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e pediu que políticos, empresários, acadêmicos e todos que amam a cidade defendam modelo de desenvolvimento compatível com a manutenção do título.

— Seria uma perda econômica e cultural muito grande se Brasília perdesse esse título.

Em março, comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) visita Brasília para avaliar se a cidade deve entrar na lista dos patrimônios culturais ameaçados. Há dez anos, a Unesco visitou a cidade e registrou invasões de áreas públicas, ocupação inadequada das margens do Lago



Rolleberg diz que especulação imobiliária compromete a cidade

Paranoá e má conservação dos monumentos públicos. Situações como essas podem comprometer o título conquistado em 1987, após movimento liderado pelo então governador José Aparecido de Oliveira.

— Se não fosse aquele gesto, a cidade já teria sido degradada pela especulação imobiliária — afirmou o senador.

Proposta que será votada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos estabelece como prática abusiva exigir que o cliente pague primeiro por um serviço que só será prestado depois

Projeto veda empresa de fazer cobrança adiantada

A PRÁTICA DE cobrar adiantado o valor referente a mensalidade de serviço a ser prestado poderá ser proibida. É o que prevê projeto de autoria do então deputado Celso Russomanno (PLC 57/09).

A proposta acrescenta a proibição ao Código de Defesa do Consumidor, na parte das práticas abusivas vedadas a empresas fornecedoras de produtos e serviços.

A matéria será aprecia-

da hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa da proposta, Celso Russomanno diz que a ideia do projeto original era do então deputado Robério Araújo, que argumentava não ter sentido o usuário de determinado serviço ser obrigado a pagar antecipadamente por benefício de que ainda não usufruiu. Na visão de Araújo, essa prática pode prejudicar o exercício

de direitos do consumidor, como desistir do contrato em determinado prazo.

O relator do projeto, Acir Gurgacz (PDT-RO), vai apresentar voto favorável. Se aprovada, a matéria vai seguir para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde vai tramitar em caráter terminativo (não precisará ser votada no Plenário).

CAE avalia banco de dados sobre frigoríficos

A CAE também analisa hoje projeto que determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, preços, quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

Para o autor do projeto (PLC 85/11), deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), a medida pode reduzir a informalidade, aumentar a concorrência e contribuir com a transparência do setor. Caiado diz que “o projeto irá gerar um banco de informações de mercado que deverá ser colocado à disposição dos agentes econômicos e de toda a sociedade, praticamente em tempo real, negando-se aos especuladores a possibilidade de disseminarem boatos e informações infundadas”.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), apresentará voto pela aprovação. Caberá à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) tomar decisão terminativa sobre a proposta.



Frigoríficos deverão informar origem e quantidade de bovinos abatidos

Acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, hoje, projeto (PLS 650/11) que obriga o Programa Minha Casa, Minha Vida a atender a demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.

Apresentado por Humberto Costa (PT-PE) e com voto pela aprovação do relator, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), o projeto terá decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A pauta inclui ainda o PLS

626/11, que dá diretrizes e regras para o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em biomas como Cerrado e Pampa situados na Amazônia Legal. Apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e com parecer favorável do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o projeto será ainda votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e terá decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Outra matéria a ser examinada é o substitutivo ao PLS 521/11, do senador

licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE), que inclui como possíveis integrantes do Sistema Nacional de Turismo representantes de cidades prioritárias para a política de desenvolvimento turístico do respectivo estado.

O texto da relatora, Ana Amélia (PP-RS), propõe que os representantes venham dos municípios que já integram o rol das regiões turísticas definido pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. A decisão da comissão será terminativa.

Déficit de atenção atinge 10 milhões de brasileiros

Transtorno conjugado com hiperatividade é mais percebido em crianças que em adultos. Elas têm dificuldade de se concentrar na escola e mantêm constante atitude desafiadora

Marcio Maturana

O FILHO DE Jacineide Pereira de Souza aumentava as preocupações da mãe neste período de volta às aulas. Ela mesma conta que, desatento e “respondão”, ele nunca fazia o dever de casa e saía de sala a toda hora. Como 10 milhões de brasileiros, o menino tem transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Repetiu a 5ª série duas vezes, abandonava cursos, não concluía tarefas, não sossegava. Até que Jacineide descobriu que se trata de doença que também atinge seu pai, sua irmã e dois de seus sobrinhos. A herança genética é o principal fator determinante para o TDAH, que não tem cura, mas tem tratamento.

— Hoje é mais fácil identificar esse transtorno, principalmente em meninos. Antes, adultos sofriam acidentes de trânsito frequentes e não sabiam a razão. O diagnóstico muda completamente a vida da pessoa — afirma o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva.

Há três tipos principais de TDAH: com predomínio da desatenção, com predomínio da hiperatividade-impulsividade, e o combinado. A dificuldade em manter a atenção é encontrada nos três casos.

O problema acontece devido a falhas nos neurotransmissores da região frontal do cérebro, e o diagnóstico é feito em entrevista com o médico. Exames são apenas complementares, como explica o psiquiatra Paulo Mattos, autor do livro *No Mundo da Lua*, sobre déficit de atenção: — Existem doenças que

estão com ou não tem, e isso um exame detecta. É o caso de Aids, câncer ou hepatite. Mas há doenças que você tem quando passa de um certo grau, como diabetes. Por isso, todos apresentamos um ou outro sintoma de TDAH. Eu ficaria preocupado se encontrasse alguém que não tem nenhum sintoma.

Acidentes e perdas

Em adultos, o transtorno parece mais brando porque a pessoa cria mecanismos de defesa, segundo o professor Moacir Alfran, que atende o filho de Jacineide e outros 15 estudantes no Centro de Ensino Fundamental do Bosque, em São Sebastião (DF).

— Por volta dos 18 anos, o portador de TDAH já desenvolve alguns truques, como conversar escrevendo, mas antigamente até se pensava que essa doença acabava na adolescência — diz Moacir.

A publicitária Ana Clara Rocha, 31 anos, confirma o que Moacir fala sobre truques. Ela conta que só recentemente leu um livro com dicas sobre como conviver com o TDAH, pois recebeu o diagnóstico há apenas dois anos. Mas os truques não resolvem tudo.

— Em 2011 bati o carro seis vezes e perdi quatro celulares. Como a família já me conhece, fico mais desconfortável em novos ambientes, onde logo passo a chamar atenção pelo excesso de movimentos ou por fazer muito barulho. Mas o pior é no trabalho, onde as pessoas têm que falar comigo umas três vezes até eu assimilar. Minha chefe anterior, brincando, deixava um



Uma turma com 20 crianças tem pelo menos uma com TDAH, segundo índices constatados pela Organização Mundial da Saúde e confirmados por pesquisas no Brasil, apontando a doença em cerca de 5% da população

tubo de cola na cadeira como se fosse para me grudar e eu ficar quieta por um tempo.

Ana Clara revela que já passou por crises de síndrome do pânico e de transtorno bipolar. São duas comorbidades, distúrbios associados que são desenvolvidos pela maioria das pessoas que têm TDAH. Muitas vezes elas dificultam o diagnóstico e geralmente exigem medicação própria. Podem ser até mais graves que a doença básica.

TOC e dislexia

Durante a vida de quem tem TDAH, pode haver desaparecimento de algumas comorbidades e surgimento de outras, mas as mais comuns são os transtornos de conduta, de ansiedade, opositivo-desafiador, depressivo e de humor bipolar. Com menos frequência, há também os transtornos obsessivo-compulsivo (TOC), de aprendizagem (dislexia, dissonia, discalculia, disgrafia etc), de tiques, de ciclo do sono e de uso de substâncias químicas.

— O que Jane indica tem dado certo com o filho de Jacineide. Hoje, sob tratamento, ele tem conseguido ótimos resultados na oitava série e conquistado medalhas de judô.

Esse último, aliado ao transtorno de conduta, é um grave risco para adolescentes.

Sem acompanhamento e longe da escola, quem tem TDAH vira presa fácil das drogas, pois elas mexem com os neurotransmissores. E o traficante adora porque vê a possibilidade de aliciar um cúmplice ativo e sagaz — alerta o professor Moacir.

Por isso, a família, logo que conhece o diagnóstico e inicia o tratamento, deve se informar o máximo para saber a melhor forma de agir, como recomenda Lane Kestelman, presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção. Ela tem um filho com TDAH e conta que praticamente toda a equipe da associação é composta por portadores da doença, parentes ou médicos e psicólogos voluntários.

— O que Jane indica tem dado certo com o filho de Jacineide. Hoje, sob tratamento, ele tem conseguido ótimos resultados na oitava série e conquistado medalhas de judô.

Provas escolares devem ser feitas em sala separada

Estudantes com TDAH devem assistir às aulas normalmente com colegas, mas precisam de algumas atenções especiais. Provas, por exemplo, habitualmente são feitas em sala separada, pois ver os colegas entregando a avaliação antes mesmo que ele comece a responder geralmente faz com que o aluno com TDAH entregue sua prova também, mas com tudo em branco.

A diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, Martinha Clarette Dutra, diz que, em 2008, o ministério fez um grupo de trabalho com representantes da sociedade que elaborou diretrizes para ensino de alunos com TDAH e outros transtornos. O documento

final foi encaminhado às secretarias de Educação de todo o país.

— A orientação é garantir a todos o acesso à aprendizagem, sem estigmatizar ninguém e colocando as famílias dentro do processo, mas lembrando que questões clínicas cabem às políticas de saúde, e não à educação — adverte Martinha.

A presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Amábele Pacios, acrescenta que cada escola tem uma forma de atender.

— A lei garante diferenciação na proposta pedagógica de cada instituição de ensino. Para quem tem TDAH, pode-se disponibilizar um “leitor” ou até alguém que escreva.

A escola pode pedir à família que envie acompanhante, já que muitas crianças assim sentem necessidade de sair de sala a cada 15 minutos — diz Amábele.

Segundo ela, todas as escolas brasileiras têm condição de dar o suporte necessário aos alunos com TDAH. Não é o que pensa Luis Claudio Megiorin, coordenador da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos.

— Muitas escolas dizem que fazem educação inclusiva, mas não têm especialistas, não têm assistência pedagógica, não investem nessa área. Outras vão levando de forma meio improvisada, no estilo “ok, deixa ele aí”. Queremos inclusão de forma técnica, responsável — reivindica Megiorin.

“Droga da obediência” provoca polêmica

O estimulante metilfenidato, apelidado de “droga da obediência” pelos críticos, é a medicação mais usada no tratamento de TDAH, principalmente com os nomes comerciais Ritalina e Concerta, sempre com tarja preta (vendido sob controle).

Algumas secretarias estaduais fornecem gratuitamente esses remédios, diante de receita especial, mas não o SUS, como explica o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Cristoph Surjus.

— Não há consenso médico sobre os resultados do uso prolongado nem sobre os efeitos colaterais — alega Surjus.

O metilfenidato vem sendo usado indevidamente por pessoas que vão prestar concurso e acreditam que o remédio aumentará sua concentração. Compram o produto de forma ilegal, sem receita, por um preço até cinco vezes maior que o das farmácias. E para uma doença que eles não têm.

O tratamento ideal de TDAH inclui orientação a pais e professores, ensino de técnicas ao portador e psicoterapia cognitivo-comportamental. Mas a medicação é imprescindível, segundo o psiquiatra José Miguel Neto, pai de uma menina com o transtorno.

— O metilfenidato enfrenta enorme preconceito por pura

ignorância. Não há histórico de dependência química, e os efeitos colaterais mais comuns são insônia e perda de apetite — informa o psiquiatra.

A psicóloga Gabriela Mieto, que trabalha com educação especial na Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, do Distrito Federal, é uma das que apontam uma prescrição indiscriminada do metilfenidato ultimamente.

— Na verdade, o aluno com TDAH desorganiza o ambiente, então o remédio facilita mesmo é para quem está cuidando da criança, e não para ela — critica Gabriela.

Paulo Mattos confirma que houve grande aumento da venda no Brasil, mas garante que o consumo atual não é capaz de tratar nem 10% dos brasileiros com TDAH. Ele não vê problemas no fato de a Associação Brasileira de Déficit de Atenção, onde é presidente do Conselho Científico, ser patrocinada por laboratórios fabricantes de metilfenidato.

— Isso não é nenhum demérito. Todas as associações de auxílio a portadores de determinada doença têm auxílios assim. Devo deixar de acreditar no caderno de automóveis de um jornal porque vejo lá propagandas de fabricantes de carros, por exemplo? — compara o psiquiatra.

Congresso discute formas de enfrentar o transtorno

O Senado aprovou ano passado projeto de lei (PLS 7.081/10) do ex-senador Gerson Camata que institui na educação básica o programa de diagnóstico e tratamento do TDAH e da dislexia. Psiquiatras em geral apoiam a ideia, mas o deputado Nazareno Fonteles (PT-PI) apresentou voto em separado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara alertando, com apoio de 45 entidades, para a “medicalização da educação e da sociedade”. O projeto ainda precisa passar em outras duas comissões da Câmara. Martinha, do MEC, acrescenta que o programa Saúde na Escola já desenvolve ação compartilhada entre MEC e Ministério da Saúde.

Há também projeto de lei da Câmara (PLC 118/11), tramitando no Senado, propondo tornar obrigatório exame anual de aptidão física e mental para condutores com déficit de atenção. O texto original falava especificamente em motociclistas com TDAH. A ideia é vista com ressalvas por Paulo Mattos.

— Por que então não exigir avaliação em neurocirurgião, piloto de avião, jornalista ou qualquer outra atividade que exija atenção? Além disso, a Câmara aprovou o Requerimento de Indicação 1.154/11, do deputado Dr. Aluizio (PV-RJ), que sugere ao ministro da Saúde a criação do Programa Nacional do TDAH. Segundo Surjus, do ministério, o requerimento ainda não chegou porque segue antes para a Casa Civil, que decide se vai encaminhar ou não: — De qualquer forma, a Política Nacional de Saúde Mental já contempla isso. O presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antônio Geraldo, discorda. — O governo não tem programa específico para TDAH. Tira o problema da saúde para encará-lo como apenas social.

Depoimento

Josafá Muniz, motorista



Josafá gasta R\$ 400 por mês com remédios para o filho

“Agora dá para ver como meu filho é inteligente”

“Meu filho foi diagnosticado com TDAH há dois anos, quando tinha 12. Eu era sempre chamado à escola porque ele brigava muito, tinha dificuldade para aprender e mentia demais. Então eu não o deixava jogar *videogame* e mandava estudar, mas, quando eu voltava, tudo estava igual. Eu trocava a escola todo ano, achando que o problema podia ser de lá. Hoje gasta R\$ 400 por mês só com o remédio, mas vale. Ele era desafiador e ficou tranquilo, mais atento. Dá para ver como é inteligente. Só vejo efeitos positivos no tratamento.”

Saiba Mais

Associação Brasileira do Déficit de Atenção
www.tdah.org.br

Cartilha para profissionais de educação
<http://bit.ly/edu-tdah>

Cartilha de perguntas e respostas: <http://bit.ly/resp-tdah>



Confira outras edições do especial cidadania em www.senado.gov.br/jornal



Professor Moacir ouve a história de Jacineide, junto com um sobrinho que tem TDAH

Waldemar Barreto/Senado Federal

Teste para identificar indícios de TDAH em crianças

O diagnóstico de TDAH é sempre dado por um médico, em especial um psiquiatra. Mas o questionário abaixo, chamado SNAP-IV, pode ajudar família e professores a identificar necessidade do encaminhamento. O formulário foi feito a partir de manual da Associação Americana de Psiquiatria, com tradução validada pelo Grupo de Estudos do Déficit de Atenção da UFRJ e pelo Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UFRGS (marque com X).

- | | NEM UM POUCO | SO UM POUCO | BASTANTE | DEMAIS |
|---|--------------|-------------|----------|--------|
| 1 Não consegue prestar muita atenção a detalhes ou comete erros por descuido nos trabalhos da escola ou tarefas | | | | |
| 2 Tem dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades de lazer | | | | |
| 3 Parece não estar ouvindo quando se fala diretamente com ele | | | | |
| 4 Não segue instruções até o fim e não termina deveres de escola, tarefas ou obrigações | | | | |
| 5 Tem dificuldade para organizar tarefas e atividades | | | | |
| 6 Evita, não gosta ou se envolve contra a vontade em tarefas que exigem esforço mental prolongado | | | | |
| 7 Perde coisas necessárias para atividades (por exemplo: brinquedos, deveres da escola, lápis ou livros) | | | | |
| 8 Distrai-se com estímulos externos | | | | |
| 9 É esquecido em atividades do dia a dia | | | | |
| 10 Mexe com as mãos ou os pés ou se remexe na cadeira | | | | |
| 11 Sai do lugar na sala de aula ou em outras situações em que se espera que fique sentado | | | | |
| 12 Corre de um lado para outro ou sobe demais nas coisas em situações em que isso é inapropriado | | | | |
| 13 Tem dificuldade em brincar ou envolver-se em atividades de lazer de forma calma | | | | |
| 14 Não para ou frequentemente está a “mil por hora” | | | | |
| 15 Fala em excesso | | | | |
| 16 Responde as perguntas de forma precipitada antes delas terem sido terminadas | | | | |
| 17 Tem dificuldade de esperar sua vez | | | | |
| 18 Interrompe os outros ou se intromete (por exemplo: mete-se nas conversas ou nos jogos) | | | | |

Como avaliar

Se existem pelo menos seis itens marcados como “BASTANTE” ou “DEMAIS” de 1 a 9, existem mais sintomas de desatenção que o esperado numa criança ou adolescente.

Se existem pelo menos seis itens marcados como “BASTANTE” ou “DEMAIS” de 10 a 18, existem mais sintomas de hiperatividade e impulsividade que o esperado numa criança ou adolescente.

IMPORTANTE

O questionário SNAP-IV é útil para avaliar apenas o primeiro dos critérios (critério A) para se fazer o diagnóstico. Existem outros critérios que também são necessários. **CRITÉRIO A:** sintomas (vistos acima). **CRITÉRIO B:** alguns desses sintomas devem estar presentes antes dos sete anos de idade. **CRITÉRIO C:** existem problemas causados pelos sintomas acima em pelo menos dois contextos diferentes (por exemplo, na escola, no trabalho, na vida social e em casa). **CRITÉRIO D:** há problemas evidentes na vida escolar, social ou familiar por conta dos sintomas. **CRITÉRIO E:** se existe um outro problema (tal como depressão, deficiência mental, psicose etc.), os sintomas não podem ser atribuídos exclusivamente a ele.



PM faz reintegração de posse de um terreno em Brasileia (AC): Comissão de Direitos Humanos debaterá denúncias de abusos em ações policiais nos estados

O Alto Acre

Comissão ouvirá prefeito sobre ação no Pinheirinho

A Comissão de Direitos Humanos discutirá as denúncias de violação de direitos humanos na desocupação do terreno onde estava localizada a comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Entre os convidados, está o prefeito da cidade, Eduardo Cury.

O requerimento foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP) e aprovado ontem.

Também foi aprovado requerimento do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) para que seja ouvida a secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário, sobre a desocupação realizada pelo governo do Distrito Federal em 27 de janeiro na Fazenda Sálvia, entre Sobradinho e Paranoá.

Outro requerimento de Aloysio aprovado pelo colegiado convida para audiência pública na CDH supostas vítimas da desocupação de uma área invadida em Brasileia (AC) no ano passado.

O colegiado aprovou ainda pedidos de Aloysio para debater denúncias de violações de direitos humanos por PMs da Bahia e do Piauí.

Um deles convida Almeirinda Santos das Neves para apresentar sua versão sobre atos de violência da PM local contra ela durante um *show* em Salvador no último dia 22.

O outro convida o estudante Hudson Silva, que foi ferido nos protestos contra o aumento da passagem de ônibus em Teresina e perdeu temporariamente a visão do olho direito. Ele teria sido ferido por estilhaços de uma bomba de efeito moral lançada pela PM na manifestação de 10 de janeiro.

A pedido de Wellington Dias (PT-PI) e de Aloysio Nunes, foram incluídos em ambos os requerimentos convites aos secretários de Segurança e às PMs locais.

Também foi aprovado requerimento de audiência sobre o vazamento de petróleo na Bacia de Santos.

Senadores alertam para ameaças a produtores brasileiros no Paraguai

Grupos de sem-terra paraguaios, conhecidos como *carperos*, têm hostilizado brasileiros com propriedades rurais naquele país

CASILDO MALDANER (PMDB-SC) fez ontem apelo ao Executivo federal e ao Congresso para que adotem medidas em favor de agricultores brasileiros radicados no Paraguai. De acordo com o senador, os produtores rurais brasileiros estão sob constante ameaça de agressões físicas e depredação de suas propriedades e equipamentos por parte de grupos de sem-terra paraguaios, conhecidos como *carperos*.

Casildo falou sobre relatos de que, além das invasões a propriedades rurais, os brasileiros têm sido vítimas de preconceitos, assim como seus descendentes, que estudam em escolas locais. Em sua avaliação, existe alto risco de que a atitude dos paraguaios deixe de ser assunto relativo à questão fundiária e ganhe



Casildo Maldaner cobra ação do Executivo federal e do Congresso

contornos xenófobos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Ana Amélia (PP-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) apoiaram Casildo. Mozarildo — que é presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à Comissão de Relações Exteriores (CRE) — considerou dramática a situação e anunciou que



Sérgio Souza quer a formação de comissão externa sobre o tema

deveria encontrar-se com o embaixador brasileiro Antônio Simões, subsecretário-geral da América do Sul, para tratar do assunto.

Sérgio Souza (PMDB-PR) anunciou apresentação de requerimento à CRE solicitando a formação de comissão externa para averiguar a situação dos “brasiguaios”. Ele lembrou que, durante a revisão

do Tratado de Itaipu, em 2011, houve negociação para incluir no pacote a garantia de proteção ao direito de propriedade a brasileiros que adquiriram terras paraguaias, muitas vezes com o incentivo do próprio governo daquele país.

— Não podemos ficar somente no discurso. Se tem um compromisso do governo paraguaio de garantir os direitos dos brasileiros que lá vivem, temos que exigir o direito não só à cidadania, mas também à propriedade — disse.

De acordo com Souza, que conversou com o embaixador Eduardo Gradilone, responsável pelas relações entre os países da América Latina, grandes progressos foram conquistados para dar garantia sobre regularização fundiária e cidadania aos brasileiros que adotaram o Paraguai como pátria.

Anibal diz que situação de haitianos no Acre foi regularizada



Segundo Anibal, até o fim da semana serão auxiliados os últimos imigrantes

Anibal Diniz (PT-AC) informou ontem que a situação dos imigrantes haitianos no Acre está sendo solucionada, com ajuda do governo federal. Segundo ele, de 2.300 haitianos que passaram pela cidade acriana de Brasileia, apenas 130 ainda esperam por auxílio governamental.

— Nós conseguimos, por meio da Secretaria de Justiça

e de Direitos Humanos, encontrar ocupação e trabalho, inclusive com carteira assinada, para a maioria desses haitianos — afirmou o senador.

Anibal disse que até o fim desta semana serão regularizados os últimos imigrantes no Acre, mas lembrou que 290 haitianos estão em condições precárias na cidade peruana de Iñapari, na fronteira com o Brasil.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a eficiência das autoridades, mas registrou que o Amazonas também vem recebendo centenas de imigrantes haitianos. Ela comunicou que a CPI do Tráfico de Pessoas, da qual é presidente, vai realizar audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater o problema.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar rebate críticas de que grandes operadoras concentram o mercado: regulação é razoável e adequada, diz



Paulo Paim (C) preside audiência pública na CDH com Pedro Armengol (E), José Augusto da Silva Filho, Denise Brito e Júlio Cezar da Silva: preocupação com distorção no mercado da área de saúde

Planos de autogestão reclamam novas regras

OS PLANOS DE saúde de autogestão — aqueles administrados pelas próprias empresas para seus funcionários — enfrentam um mercado concentrado cada vez mais pelas grandes operadoras de saúde. O setor precisa de novo marco regulatório, que leve em conta as suas peculiaridades e garanta sua viabilidade.

O alerta foi feito por Denise Rodrigues Eloi de Brito, representante dos planos de autogestão que participou de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ela apontou que a concentração de mercado no sistema de saúde suplementar se deu em favor das grandes empresas com fins lucrativos.

Segundo a presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), essa concentração é demonstrada por dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de setembro passado, referentes ao período entre 2000 e 2010.

— As pequenas operadoras estão desaparecendo, estão falindo — disse.

Embora desde a Lei 9.656/98, que trata dos planos de saúde, o número de beneficiários do sistema de saúde suplementar tenha crescido em, pelo menos, 35%, as autogestões cresceram bem menos que o mercado no mesmo período — por volta de 6%.

— A autogestão teve crescimento pouco significativo se comparado aos demais

segmentos do mercado, principalmente ao segmento lucrativo — reiterou.

Marco regulatório

Para a presidente da Unidas, o Congresso precisa se dedicar à elaboração de novo marco regulatório para o setor a fim de garantir a sobrevivência das autogestões.

— Temos pequenas autogestões, sem fins lucrativos, que têm as mesmas regras de grandes autogestões, cujo objetivo principal é o lucro — ressaltou.

Para garantir a sustentabilidade das autogestões, Denise Brito defende uma revisão dos modelos de custeio e financiamento das

operadoras de autogestão.

— Temos aí uma tendência a maior longevidade e menor fecundidade.

Portanto, nossa população está ficando cada dia mais idosa

e isso traz uma mudança no perfil demográfico, traz uma mudança no perfil epidemiológico da população e merece um olhar diferenciado, inclusive no que se refere a modelo assistencial.

A necessidade de novo modelo de financiamento foi corroborada pelo secretário executivo da ANS, João Luis Barroca de Andrea.

— A curva demográfica de sustentação não dá conta, num sistema de mutualismo, a não ser que comecemos a fazer um regime misto de capitalização a partir de agora, já que estamos vivendo mais. Temos um problema, sim, de financiamento — afirmou.

Setor de autogestão cresceu bem menos que o das grandes operadoras de saúde suplementar

Comissão discute norma de plano de saúde

A morte do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, ocorrida em janeiro, após ter sofrido um infarto e ter o atendimento recusado em dois hospitais privados de Brasília, foi citada diversas vezes ontem em audiência no Senado sobre a atuação dos planos de saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Durante a reunião, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, representantes de centrais sindicais defenderam maior participação do governo no setor, sob a forma de mais regulação por parte da ANS ou pela melhoria do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

— Não somos contra a saúde suplementar. Mas é preciso um nível de regulação por parte do Estado em que os valores humanos se

sobreponham aos do lucro — afirmou Pedro Armengol, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ao defender o fortalecimento do SUS, Armengol disse que esse sistema “está devendo à sociedade o compromisso do atendimento integral e universal”. Ele criticou essa situação, argumentando que “estimula o mercado da saúde”.

Para Júlio Cezar da Silva, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, a falta de atendimento a Duvanier Paiva Ferreira não teria ocorrido se a ANS fizesse uma regulação específica para os “grandes contratos coletivos” com operadoras de planos de saúde.

Relatos apontam que Duvanier não foi atendido por dois hospitais porque esses estabelecimentos não faziam parte de seu plano de saúde e também porque, naquele momento, ele não tinha cheque para dar como caução.

Júlio Cezar afirmou que há grande rotatividade entre as operadoras que atendem a “grandes carteiras” (que atendem a empresas com muitos funcionários ou categorias que representam muitos trabalhadores). Isso acontece, segundo ele, porque as operadoras disputam entre si essas empresas ou categorias (concedendo vantagens, como preços mais baixos) visando à grande quantidade de consumidores que elas oferecem.

— Por causa disso, há trabalhadores que não conseguem ficar um, dois ou três anos com a mesma operadora — ressaltou.

Ao indicar os problemas que isso acarreta, Júlio Cezar citou o exemplo de alguém com problemas cardíacos que é atendido há anos por um determinado médico, e que, repentinamente, devido à troca de operadora, não pode mais ser atendido pelo mesmo profissional.

Agência que regula convênios pede mais verbas

Ao responder às críticas ouvidas na audiência, o representante da ANS, João Luis Barroca de Andrea, disse que é um erro apontar ausência de regulação sobre os grandes contratos de saúde.

Ele frisou que a ANS regula a cobertura, mas não os reajustes, que, de acordo com ele, são negociados entre as duas partes. E, mesmo sobre os reajustes, João Luis Barroca observou que “começa a haver uma regulação, já que hoje não se permite mais

de um reajuste anual”.

O representante da ANS defendeu a aprovação de um projeto de lei que destine mais recursos para a agência, informando que a ANS possui número de funcionários menor do que o inicialmente previsto no ano de 2000.

— A ANS precisa ter condições de exercer seu papel, frente à quantidade de operadoras e hospitais que existem no país — alertou.

Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasilei-

ra de Medicina de Grupo, entidade que reúne operadoras de plano de saúde, disse que a maior parte das empresas de sua associação são de pequeno e médio porte, “que não têm finalidade lucrativa ou mal conseguem ter lucro”. Segundo ele, pesquisas indicam que a maioria da população está satisfeita com os planos. Ele disse que as operadoras se submetem a regulamentação, por parte da ANS, que, “apesar de razoável e adequada, é muito complexa”.

Lei já prevê isenção de IR para aposentados e pensionistas acima de 65 anos. Projeto de Paulo Paim estende o benefício a todos os brasileiros maiores de 65, aposentados ou não. Proposta está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne amanhã

Projeto isenta de Imposto de Renda contribuintes com mais de 65 anos

PESSOAS A PARTIR de 65 anos de idade poderão ser dispensadas de pagar Imposto de Renda sobre rendimentos de qualquer espécie (e não apenas aposentadoria) até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) — atualmente fixado em R\$ 3.916,20. A medida consta de substitutivo de Lindbergh Farias (PT-RJ), elaborado a partir de projeto (PLS 158/10) de Paulo Paim (PT-RS) em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne amanhã.

A legislação atual (Lei 7.713/88) já prevê a isenção de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas com mais de 65 anos, até o teto da Previdência Social, seja a aposentadoria ou pensão paga pela União, estados, municípios ou por entidade de previdência privada. Com a proposição, Paim quer estender a isenção a todos os brasileiros que completarem 65 anos, sejam eles aposentados ou não.

Para o autor, a lei deve ser modificada para fazer justiça àqueles que fizeram poupança individual como forma de previdência. “Na verdade, é até uma contradição lógica dar o benefício fiscal a quem já recebe do Estado um benefício previdenciário e não dar esse benefício a quem, por outros meios, amejou ao longo da vida os recursos necessários para se manter na velhice e não depender da Previdência ou da assistência social”, argumenta Paim.

Em voto favorável, Lindbergh concorda com a argumentação do autor da matéria. O relator, no entanto, modificou o projeto para tornar mais claro que o benefício proposto não é cumulativo, ou seja, se o contribuinte já conta com isenção prevista na tabela do



Atividade esportiva destinada a idosos em Porto Alegre: proposta amplia universo de isentos

Imposto de Renda (sobre indenização por acidente de trabalho, por exemplo), a nova isenção, caso o projeto se torne lei, incidirá apenas sobre a diferença entre a parcela já isenta e o teto de benefício do RGPS.

O relator também incluiu artigo estabelecendo que a aplicação da futura lei “estará condicionada à previsão e à estimativa de recursos constantes na lei de diretrizes orçamentárias e às respectivas dotações de recursos da lei orçamentária anual”. Conforme argumenta, a medida é exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00).



Substitutivo de Lindbergh Farias ajusta o benefício à Lei de Responsabilidade Fiscal

Paim cobra da Câmara propostas para os aposentados

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a aprovação, em janeiro, da Carta dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, por cerca de 4 mil líderes dos aposentados que se reuniram em Aparecida (SP). O evento foi promovido pela Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), com participação de diversas centrais sindicais e de associações estaduais de aposentados e pensionistas.

O senador disse que, juntas, as entidades lutam pela aprovação, na Câmara dos Deputados, de projetos que já foram aprovados pelo Senado, entre eles o reajuste de aposentadorias e pensões, a recomposição dos valores das aposentadorias e o fim do fator previdenciário.

Alvaro Dias (PSDB-PR) reforçou a reivindicação de Paim, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acrescentou que não apenas as aposentadorias estão sem reajustes, mas também boa parte dos pisos salariais.

Ana Amélia quer solução para aposentados da Varig e para a greve dos PMs na Bahia

Ana Amélia (PP-RS) solicitou ontem à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), que dê prioridade ao julgamento de ação movida por aposentados da extinta Varig. O Aerus, fundo de pensão de que faziam parte, foi liquidado com a crise da companhia aérea. A parlamentar explicou que o julgamento é aguardado há mais de seis anos pelos antigos funcionários, que pagaram pela aposentadoria, mas ainda aguardam solução.

— É uma espera angustiante, frustrante, dolorida. Essas pessoas estão vivendo com grandes dificuldades financeiras, muitas até em situação de penúria — afirmou a senadora.

Ela observou que o desfecho para o caso só vai ocorrer quando for reconhecido o direito da Varig a indenização por defasagens tarifárias



Ana Amélia diz que julgamento do Aerus é aguardado há 6 anos

nas décadas de 1980 e 1990, o que permitiria o pagamento das dívidas. A senadora lembrou que, em abril de 2011, esteve com funcionários da empresa e também com Cármen Lúcia, que garantiu prioridade no julgamento. Segundo Ana Amélia, 627 funcionários da antiga Varig já morreram sem verem solução para o problema.

A senadora também cobrou solução para a greve dos policiais militares da Bahia. Ao comentar a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que equipara o vencimento dos policiais dos estados ao valor pago no Distrito Federal, Ana Amélia apontou que os estados não têm condições de pagar o mesmo piso. Os professores, lembrou ela, viram um piso ser aprovado, mas ainda não viram mudanças nos contracheques.

Comissão analisa seguro-desemprego para trabalhador rural

O trabalhador rural prejudicado por estiagem poderá ter direito a receber seguro-desemprego. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 577/07, do senador licenciado Garibaldi Alves Filho. A matéria pode ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto diz que o produtor, o parceiro, o meeiro ou o arrendatário rurais poderão receber, durante até cinco meses, seguro-desemprego de um salário mínimo devido a emergência ocasionada por estiagem.

Segundo o autor, “o benefício representará uma esperança concreta de amparo a quem teve o fruto de seu suor frustrado por intempéries climáticas”. O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), é favorável ao projeto que, se aprovado, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde vai tramitar em caráter terminativo.

Matéria estimula investimentos em eficiência energética

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deve analisar amanhã projeto que visa direcionar prioritariamente a iniciativas da indústria nacional os recursos destinados a programas de eficiência energética.

De acordo com a autora do projeto (PLS 430/11), Ana Amélia (PP-RS), a Lei 9.991/00 já destina recursos recolhidos de concessionárias de energia elétrica para instituições de pesquisa e desenvolvimento exclusivamente nacionais, mas não adota a mesma diretriz no que se refere aos investimentos em eficiência energética.

“Com isso, o poder público, acertadamente, estimula as entidades nacionais voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, mas desperdiça importante oportunidade de, dentro dos limites do possível, estimular igualmente a indústria brasileira”, justifica

Uso de rochas para enriquecer solo é tema de audiência pública

O uso de rochas como fontes de nutrientes para o solo, técnica conhecida como rochagem, será tema de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA) hoje, às 8h30.

A comissão vai discutir os benefícios da remineralização do solo por meio da aplicação de rochas, com o objetivo de recuperar a riqueza mineral perdida por erosão, lixiviação e exportação de nutrientes pelas culturas.

Entre os debatedores, estarão o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, e o coordenador do Projeto Xisto Agrícola da Embrapa Clima Temperado, Carlos Augusto Posser Silveira, entre outros.

A audiência é iniciativa do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Ano II - Nº 8
Brasília, janeiro/fevereiro de 2012

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Equipe Interlegis/Senado Federal

Interlegis se consolida como referência no Legislativo

Nesta edição especial, um
retrospecto de **2011**

Entrevista com
Dino Capriolo,
gestor do contrato
com o BID

Pág. 2

Câmara de Assis
recebe ISO 9001
pela gestão do
processo legislativo

Pág. 2

Ano marcou nova etapa do Interlegis

Em 2011, programa mostrou avanços na busca pela integração e modernização do Legislativo

O ano que passou marcou uma nova etapa do Programa Interlegis. Para integrar as Casas legislativas, buscou-se mais que o fortalecimento dessa comunidade no ambiente virtual, como já se fazia desde sua criação, em 1997.

Em 2011, o Interlegis promoveu diversas ações, como três encontros de diretores-gerais de Casas legislativas. Também participou de eventos relacionados à atividade parlamentar, principalmente regionais.

Segundo o diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Tajra, as iniciativas ajudaram a estabelecer uma relação mais próxima entre os agentes que fazem o dia a dia das Casas legislativas, além de

colocar o programa como referência na esfera parlamentar.

Tajra destacou a prorrogação do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que mantém a parceria até dezembro de 2013. “É o reconhecimento do órgão financiador quanto à excelência dos trabalhos do Interlegis”, disse.

Em abril, o presidente do Senado, José Sarney, reafirmou o apoio ao programa, em reunião com o representante do BID, Fernando Carrillo.

O Projeto de Modernização Legislativa (PML) é um dos destaques. Por meio dele, desenvolveram-se sistemas relacionados ao Portal-Modelo e ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Também



Em reunião com Fernando Carrillo (E), representante do BID, Sarney reafirma seu apoio ao programa

se implantou o domínio .leg.br na internet.

Houve ainda quatro encontros de comunicação integrada, que renderam projetos para 22 câmaras. E o jornal **Interlegis**

Brasil teve sete edições, enviadas a câmaras e prefeituras.

Quase 4.500 profissionais foram certificados nos cursos a distância e aconteceram outras 46 ações de capacitação. Dez

câmaras revisaram seus marcos jurídicos — regimento interno e lei orgânica municipal — e 48 passaram por diagnósticos administrativos e legislativos (veja mais nas págs. 3 e 4).

Programa visa preparar gestores de comunicação

No dia 22 de dezembro, o Interlegis apresentou aos setores de Relações Públicas e de Projetos Especiais (Supres) do Senado a dinâmica dos projetos de comunicação para câmaras municipais nos próximos dois anos.

O diretor de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa, Francisco Etelvino Biondo, relatou a evolução do programa desde 1997.

Ele explicou que o processo de elaboração de um projeto começa com o diagnóstico da situação da câmara. E no Encontro Interlegis de Comunicação Integrada, de alcance regional, é designado um gestor, que propõe uma série de ações de comunicação. Um documento oficial é enviado

para a aprovação e assinatura do presidente da Casa.

A estratégia se baseia em duas frentes. Uma é levar ações que promovam um trabalho melhor de comunicação. A outra visa formar gestores, que sirvam como ponte entre o Interlegis e as câmaras, acompanhando o projeto durante um ano.

O conteúdo do documento pode ser alterado, caso haja necessidade, e ter a validade prorrogada ao final do período.

Segundo Débora Pais, responsável pelo gerenciamento dos projetos executivos da área de Comunicação, as câmaras de Irecê e de Luís Eduardo Magalhães (BA), Agudo e Bento Gonçalves (RS) já assinaram o documento.



Áreas de RP e de Projetos Especiais do Senado conhecem o programa

Câmara de Assis recebe certificação ISO 9001

A Câmara Municipal de Assis, em São Paulo, recebeu, em 28 de novembro, o certificado ISO 9001, por ter estabelecido e mantido um sistema de gestão de qualidade do processo legislativo. A auditoria foi realizada nos dias 16 e 17 do mesmo mês. O certificado vale até 2014 e sua concessão será

comemorada em sessão especial da câmara.

O Interlegis participou dessa conquista, dentro do Projeto de Modernização Legislativa (PML). Especialmente pelo fato de a Casa utilizar o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) na sua versão 2.4, a mais atualizada.

Entrevista

Capacitação de servidores e parlamentares é prioridade

Dino Capriolo

Especialista em modernização do Estado representa o BID no acompanhamento do contrato com o Interlegis



Interlegis Brasil: Como o senhor vê a evolução do Interlegis, desde 1999, quando o BID passou a ser o parceiro internacional do Estado brasileiro, por meio do Senado?

Dino Capriolo: O programa Interlegis é a primeira experiência de inclusão digital no âmbito parlamentar da América Latina e vem apresentando bons resultados. No final da década de 90, havia uma grande heterogeneidade de representações políticas, deficiência nos níveis de comunicação, pouca informação e articulação entre as diferentes esferas legislativas, falta de participação da sociedade e carência de infraestrutura tecnológica.

IB: Por isso, as primeiras ações buscaram equipar as Casas legislativas com equipamentos de informática?

DC: Sim. A primeira etapa

do programa foi marcada pela entrega de estações de trabalho com acesso à internet e capacitação básica para o seu uso a 3.278 câmaras que aderiram ao projeto. O objetivo imediato era facilitar a gestão administrativa e legislativa. Com esse investimento, pudemos verificar um excelente retorno qualitativo, pois tal ação ajudou a fomentar a implementação da rede virtual, integrando membros da comunidade legislativa de todo o país.

IB: Como o senhor vê a atuação do Interlegis hoje?

DC: O Interlegis 2 contempla um novo modelo de modernização legislativa em quatro áreas de intervenção. Busca-se o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de canais de comunicação, de fontes de informação, além da capacitação de parlamentares e servidores. Estive recentemente na Câmara

de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, onde vi, de perto, as transformações, para melhor, proporcionadas pela atuação do Interlegis naquela Casa.

IB: Quais os próximos passos para incrementar a parceria BID/Interlegis?

DC: O contrato foi prorrogado por mais dois anos em novembro do ano passado, confirmando o interesse do banco em continuar a apoiar o programa. Constatamos a necessidade e as autoridades do Senado se comprometeram a aprimorar os procedimentos de compras e contratações, no sentido de aumentar a execução física e financeira do empréstimo. Com isso, esperamos cumprir as metas de investimentos em produtos, serviços e ações que garantam a integração e a modernização do Poder Legislativo brasileiro.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo - Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, José Dantas e Ricardo Ramos

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editores responsáveis: Leticia Borges e Luiz Carlos Santana de Freitas
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiárias de jornalismo: Ana Sonaly, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Tâmara Monteiro
Projeto Gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep/Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

Comunicação

Casas avançam na transparência de informação para a sociedade

A divulgação de informações claras e isentas sobre a atividade parlamentar tem sido uma necessidade para as Casas legislativas, devido a uma demanda crescente da sociedade. A transparência é uma exigência legal e essencial para a democracia, e o Interlegis tem auxiliado as Casas legislativas nesse objetivo.

Em 2011, no portal de notícias do Interlegis foram feitas 571 atualizações e disponibilizados 14 links de transmissão em *videostreaming* de eventos realizados na sede, em Brasília.

Para Francisco Etevlino Biondo, diretor de Formação e Atendimento do Interlegis, um dos principais objetivos do órgão é “estimular a interação entre os membros da comunidade legislativa”. Segundo ele, a palavra de ordem para isso é relacionamento — não só entre o Interlegis e as Casas, mas também entre elas e a sociedade.

Duas profissionais de relações públicas organizaram 16 eventos durante o ano: encontros nacionais, regionais e locais, seminários e outros. Além disso, houve 16 iniciativas em parceria com outras instituições, públicas e privadas. Na sede, em Brasília, foram feitos 191 eventos, sendo que 66 tiveram transmissão por videoconferência ou *videostreaming*.

Para atender à demanda interna de material impresso, quatro profissionais de publicidade produziram 38 fôlderes e filipetas; material de divulgação por *e-mail* dos cursos do Projeto

Saberes (cursos a distância); assinaturas de *e-mail* para os servidores do Interlegis; novas capas para livros da Biblioteca Básica Interlegis, para material do curso de Cerimonial Legislativo; projeto gráfico, projeto de reformulação para o novo portal Interlegis; anúncio institucional para a revista *Em discussão!*; e diagramação e produção do jornal *Interlegis Brasil*.

Jornal

Fruto de parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, o jornal impresso do Interlegis registra os principais fatos sobre o Programa Interlegis em todas as suas áreas de atuação, além de informar a comunidade legislativa sobre assuntos de seu interesse: orçamento público, eleições, ouvidoria, entre outros. Mensalmente, a publicação circula no Distrito Federal, como encarte do *Jornal do Senado*, e é distribuído para todas as assembleias estaduais, câmaras municipais e prefeituras. Em 2011, foram sete edições com 19 mil exemplares cada um, produzidas por dois jornalistas e duas estagiárias.

Encontros

O Interlegis tem oferecido às câmaras conveniadas ferramentas tecnológicas como a rede de videoconferências e o Portal-Modelo. Em 2011, foram organizados eventos específicos para estabelecer contato mais direto com os profissionais que



Com encontros e produtos de comunicação, Interlegis auxilia o Legislativo

atuam na área de comunicação das Casas que participam do projeto de modernização legislativa. Durante os quatro encontros de Comunicação Integrada — na Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul —, comunicadores e parlamentares de 25 câmaras puderam tomar conhecimento do que há de mais avançado

para divulgar à população o que acontece no parlamento local.

Técnicos do Senado têm feito palestras sobre cerimonial, jornalismo, assessoria de imprensa, publicidade institucional, comunicação interna e organização de eventos, sempre com enfoque na realidade do Poder Legislativo.

Com base nos dados levanta-

25 câmaras

Casas atendidas nos encontros de comunicação integrada

- BA Feira de Santana, Irecê, Guanambi, Luís Eduardo Magalhães, Salvador, Teixeira de Freitas e Utinga
- MA Bacabal, Barreirinhas, Itapecuru-Mirim e São José do Ribamar
- RN Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, João Câmara, Messias Targino, Natal e Tibau do Sul
- RS Agudo, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Jaguarão, Lagoa Vermelha e Carazinho

tados com o profissional de cada Casa e no diagnóstico feito anteriormente, é nomeado um gestor que propõe, em um projeto executivo, ações específicas para criar ou melhorar os instrumentos de comunicação das câmaras com a sociedade e internamente.

Informação

Apoio em legislação e arquivo documental

As Casas legislativas, principalmente de cidades menores, têm dificuldades na gestão das informações geradas ou consumidas por elas. Além do Censo do Legislativo publicado em 2006, diagnósticos individualizados identificaram que muitas câmaras nem tinham arquivos adequados para a guarda dos documentos oficiais, conforme exige a Constituição federal.

Um dos maiores problemas é o grande número de Casas que precisam atualizar o regimento interno. Outro é a inexistência ou a inadequação das leis orgânicas municipais. Algumas cidades simplesmente as copiam de outras. O resultado é que, por exemplo, as constituições de algumas cidades do interior do país têm dispositivos relativos à orla marítima.

Diante dessa realidade, foram formatadas oficinas para orientar os servidores e os

parlamentares das câmaras a revisarem ou elaborarem as leis orgânicas e regimentos internos. Três servidores, incluindo um consultor do Senado, atenderam 47 cidades em nove encontros nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal.

O Interlegis também oferece em seu portal grande acervo de acesso geral, legislação, glossários, *sites* de busca legislativa, dados do censo, diários oficiais, jurisprudências, entre outros.

Diagnósticos

Para dar suporte a ações pontuais, o Interlegis desenvolveu a estratégia de enviar dois técnicos especialmente treinados a cada câmara conveniada. O objetivo é traçar a situação atual da administração (recursos

humanos e materiais) e do processo legislativo de cada Casa.

Com os dados levantados, é feito um diagnóstico que fundamentará a elaboração dos projetos executivos para cada área de atuação do Interlegis. Assim, os técnicos do programa podem sugerir iniciativas para melhorar o funcionamento das atribuições próprias e dos processos de gestão dos legislativos.

Ao todo, 62 profissionais do Interlegis foram mobilizados para a realização de 135 diagnósticos, em 2011 — praticamente o dobro de 2010 (68) — nos estados de Alagoas (1), Bahia (6), Ceará (11), Maranhão (15), Minas Gerais (11), Mato Grosso (1), Pará (3), Paraíba (19), Pernambuco (6), Piauí (10), Paraná (20), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Norte (12), Rio Grande do Sul (4), Rondônia (1), Santa Catarina (1), São Paulo (8) e Tocantins (2).

Organização municipal

Casas atendidas pelas oficinas de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal

- BA Irecê, Itaberaba, Lençóis, Seabra e Utinga
- CE Barro, Caririçu, Fronteiras, Juazeiro, Milagres e Várzea Alegre
- MA Timon
- MG Ervália, São Miguel do Anta, Teixeiras e Viçosa
- PI Bom Jesus, Floriano, Gilbués, Guadalupe, Inhumas, Picos, São Gonçalo do Piauí, São José do Divino, São Raimundo Nonato e Teresina
- RJ Petrópolis, Santa Maria Madalena e Teresópolis
- RN Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, João Câmara, Messias Targino, Mossoró, Natal, São José do Mipibu, Tibau do Sul e Várzea
- RS Camaquã, Jaguarão, Pedras Altas, Rio Grande e São Lourenço do Sul
- SP Birigui e Taubaté



Câmara de Jaraguá do Sul (SC) passou por diagnóstico em dezembro

Tecnologia

Interlegis lança o domínio .leg.br na internet, uma inovação mundial

A área de Tecnologia do Interlegis criou e implementou, ano passado, o domínio .leg.br na internet. Trata-se de inovação mundial, com o objetivo de afirmar o espaço institucional do Poder Legislativo na rede mundial de computadores, já que o .gov.br se refere aos órgãos do Executivo. Atualmente, o domínio é usado por 78 câmaras municipais e pela Assembleia do Estado do Amapá.

O Interlegis também ampliou ações para consolidar o uso dos seus principais produtos à disposição das câmaras e assembleias, como o Portal-Modelo, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e o Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (SAAP).

No total, 290 Casas brasileiras utilizam 464 desses produtos, sendo que 384 são hospedados gratuitamente nos servidores do Interlegis, em Brasília. Entre elas, as assembleias do Acre, Distrito Federal, Maranhão, Paraíba, Rondônia e Tocantins.

Casas legislativas com sistemas do programa

ESTADO	PORTAL-MODELO	SAPL	SAAP	ESTADO	PORTAL-MODELO	SAPL	SAAP
AC		1		PB	21	20	1
AL	3	1		PE	4	2	
AM	2	1		PI	10	9	
BA	16	12		PR	23	7	1
CE	6	4		RJ	9	7	1
DF	1	1		RN	10	11	
ES	14	3		RS	28	19	1
GO	10	4		RO	4	2	
MA	15	16	1	RR	1		
MG	35	26	3	SC	15	10	
MS		1		SE	1	1	
MT		3		SP	27	26	3
PA	3	2		TO	5	1	
TOTAIS	Portal-Modelo					263	
	SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo)					190	
	SAAP (Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar)					11	
	Hospedados gratuitamente no Interlegis					384	
	Total de Casas atendidas					290	

A Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau também usa o Portal-Modelo, que é hospedado no programa Interlegis.

O SAPL, que organiza e disponibiliza na internet todos os passos do processo legislativo, está presente em 190 Casas. O SAAP é utilizado por 11, e o

Portal-Modelo, por 263.

Ponto de partida da criação do programa em 1997, a área de Tecnologia tem hoje 30 colaboradores e desenvolve sistemas grátis que auxiliam os Legislativos na modernização dos seus serviços e promovem a integração do Legislativo brasileiro.

Tecnologia aperfeiçoa troca de experiências legislativas

A área de tecnologia do Interlegis executou uma média de duas videoconferências por dia útil, num total de 532 horas.

Vários eventos nas dependências do programa foram transmitidos em *videostreaming*. Destaque para as audiências públicas de comissões do Senado e da Câmara, com transmissão simultânea para assembleias legislativas e para o público em geral.

O Interlegis também sustenta

tecnicamente as comunidades colaborativas, acessíveis no seu portal: Gitec (tecnologia), Gial (administração), Gicom (comunicação), Grupo Interlegis e DGLegis (diretores-gerais). Nelas, os usuários podem participar de discussões virtuais sobre assuntos e situações referentes à atividade parlamentar.

Em novembro, o 4º EnGitec (Encontro Nacional do Gitec) reuniu 180 técnicos em Brasília, para 19 palestras e oito cursos.

Comunidades colaborativas virtuais

LISTA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Grupo Interlegis	741
GITEC (tecnologia)	590
GIAL (administração)	470
GICOM (comunicação)	154
DGLegis (diretores-gerais)	30
Total de participantes	1.985
Total de postagens	6.408

DIGNO DE NOTA
Assembleia do Amapá é a primeira Casa estadual a usar o domínio .leg.br

Capacitação

Cursos alcançaram mais de 10 mil pessoas em 2011

Cerca de 10,4 mil parlamentares e servidores das três esferas do Legislativo buscaram capacitação profissional por meio dos cursos oferecidos pelo Interlegis em 2011.

Foram 29 cursos presenciais e 21 a distância que alcançaram todo o país. Todos gratuitos e sempre focados nas necessidades específicas da atividade político-parlamentar.

Amanda Albuquerque, coordenadora da área de Capacitação,

ressalta que tal resultado foi conseguido graças ao empenho dos 21 servidores que atuam no setor.

Para os cursos a distância, o Interlegis desenvolveu o sistema Saberes, que utiliza a plataforma Moodle. Trata-se de um conjunto de *softwares* livres que possibilitam, por exemplo, a interação entre os participantes por meio de *chats*. Já os cursos presenciais são formatados a partir da demanda.



Interlegis e diretores de escolas legislativas definem ações conjuntas destinadas a servidores e parlamentares

A distância

CURSOS	INSCRITOS
BROffice Calc	218
BROffice Writer	215
Busca de Qualidade	382
Cerimonial no Ambiente Legislativo	446
Desenvolvimento de Competências Gerenciais	413
Direito Administrativo para Gestores de Contrato	468
Excelência no Atendimento	392
Formação de Coordenadores de EaD	277
Gestão de Convênios	244
Introdução ao Orçamento Público	407
Introdução à LRF	436
Licitações e contratos	944
Noções Básicas de Administração	971
Novo Acordo Ortográfico	281
Organização de Gabinete Parlamentar	490
Ouvidoria no Ambiente Legislativo	345
Práticas de Jornalismo Legislativo	434
Princípios Básicos da Gestão do Conhecimento	390
Redação e Técnica Legislativa	464
Técnicas de Oratória	917
Tutoria na EaD	229
TOTAL	9.363

Presenciais

CURSOS	ALUNOS TREINADOS	LOCAL DO TREINAMENTO
Cerimonial do Ambiente Legislativo Municipal	53	Taubaté – SP
Cerimonial do Ambiente Legislativo	17	Jaguarão – RS
Cerimonial do Ambiente Legislativo Municipal	55	Natal – RN
Cerimonial do Ambiente Legislativo Municipal	56	Juazeiro do Norte – CE
Atendimento ao Público	30	Sete Lagoas – MG
Cerimonial do Ambiente Legislativo	51	Betim – MG
Cerimonial do Ambiente Legislativo	23	Sete Lagoas – MG
Cerimonial do Ambiente Legislativo	54	Rolim de Moura – RO
Cerimonial do Ambiente Legislativo	26	Caxias do Sul – RS
Cerimonial do Ambiente Legislativo Municipal	49	João Pessoa – PB
Jornalismo Legislativo Aplicado ao Portal-Modelo	44	Araçatuba – SP
Oficina de Portal-Modelo	29	João Pessoa – PB
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	26	Jaguarão – RS
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	32	Lençóis – BA
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	22	São Paulo – SP
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	13	Petrópolis – RJ
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	67	Juazeiro do Norte – CE
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	89	Teresina – PI
Oficina de Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica	44	Natal – RN
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	16	Natal – RN
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	20	Brasília – DF
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	22	Vitória – ES
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	18	Brasília – DF
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	9	Agudo – RS
Oficina Interlegis – Portal-Modelo	28	São Luís – MA
Oficina Interlegis – SAPL	20	Brasília – DF
Oficina Interlegis – SAPL	40	João Pessoa – PB
Oficina Interlegis – SAPL	18	Brasília – DF
Oficina Multidisciplinas – Produtos Interlegis	56	Porto Alegre – RS
TOTAL	1027	